

RESISTÊNCIA

Os Truká enfrentam a polícia sem armas

"Destá vez vai haver guerra - afirma um dos mais jovens Truká Manoel Deodato, filho do velho cacique Deodato. Compramos semente, pagamos caro por ela, plantamos e a polícia garantiu, à força, com armas em punho, a destruição total das nossas lavouras. Nossos filhos estão com fome e nós estamos revoltados. Já apelamos para as autoridades, mas nada foi feito até hoje. O jeito, agora, é enfrentar-mos a polícia, nem que a gente morra. Estamos preparados para matar e morrer mesmo sem arma de fogo".

Os Truká fazem do Toré a dança de resistência e um aviso de guerra: querem que seja reconhecida como propriedade indígena a Ilha de Assunção, encravada no município pernambucano de Cabrobó, a quase 800 km. de Recife. O Estado de Pernambuco vem negando esse direito há muitos anos aos Truká, jogando várias vezes a força da Polícia Estadual para destruir as roças plantadas pelos indígenas.

A SANTA BUROCRACIA

Maneira singular para o início do roubo da terra desses indígenas, que vivem na Ilha de Assunção, no município de Cabrobó (PE), foi utilizada pelos fazendeiros e membros da Igreja em 1910. Os Truká foram levados a ceder uma área para a construção da capela de N.S. da Assunção, ponto de partida para a concessão de inúmeros outros títulos, sendo utilizado o argumento de que o vendedor era a própria padroeira, representada pelo bispo de Pesqueira, Dom José Lopes.

Antônio Cirilo, velho líder Truká, conta que na época, "o índio Manoel ainda reclamou: "olhe que essa venda não vá se formalizar uma grande questão". Mas o bispo vendeu. Tinha um cel. Otacilio, em Juazeiro da Bahia, que mandou oferecer 60 contos prá ele dá a ilha despejada, sem gente, sem criatório, sem nada. De lá prá cá entrou ingratitude de sofrimento, ficamos sofrendo, sem ter conhecimentos..."

A partir daí, alguns indígenas passaram a trabalhar nas fazendas ou morrer de desgosto, como o chefe Eduardo. Outros, abandonaram a ilha e para os que ficaram foi determinado o pagamento de uma taxa para a ocupação da terra.

Pela quantidade de documentos, os Truká já teriam a garantia de seu chão, pois desde 1950, possuem declarações da chefia de Gabinete de Pernambuco (1952), chefes de Inspetoria do SPI e Secretaria da Presidência da República, confirmando o conhecimento das invasões na área e prometendo providências urgentes. Exemplo disso, é o ofício nº 372, de 21/08/50, enviado pelo Ministério da Agricultura, ao qual estava subordinado o SPI, tendo então como presidente o Gal. Cândido Mariano Rondon, onde afirma: "Vocês estão sendo incomodados por causa de uma venda de terras feita na comarca de Belém do Cabrobó, mas o SPI está tratando de anular essa venda. Podem confiar nas providências do Diretor do SPI nesta capital, Dr. Modesto Donatini da Cruz, assim como do Inspetor Especializado, Sr. Francisco Sampaio, com sede em Recife, autoridades que estão tratando de anular essa venda, para novamente dar posse das terras aos indígenas e expulsar daí os intrusos. Um abraço do amigo. (Gal. Cândido Rondon - Presidente do SPI) Grifo nosso

FUNAI NÃO PROMETE, REALIZA

Na década de 60 já é mais N.S. de Assunção quem vende as terras, a tática de roubo, com seus projetos



Toré, a dança de guerra dos Truká. (Foto: Fábio Santos).

agrários, entra no auge da burocratização, modernizando suas ásperas sutilezas.

A Secretaria de Agricultura cria um projeto de colonização desapropriando os poucos Truká resistentes, utiliza-os como mão-de-obra, sendo devolvidos, após algum tempo, apenas 7 ha. de terra para cada uma das 70 famílias. A Cia. de Revenda e Colonização (CRC), hoje extinta, em 1970 pede por seis meses as terras dos Truká emprestada, onde seriam exibidas novas técnicas de irrigação. Terras até hoje não devolvidas. Bloqueando toda possibilidade de reconquista da área, a Secretaria de Mudanças e Sementes de Pernambuco - SEMEMPE, passou a controlar totalmente o local, deixando a comunidade sem nada, alugados em fazendas.

Agora, tentam reconstruir pela terceira vez uma roça comunitária que teimam em concretizar. Comentam, irônicos, a visita de Diana Mota e do Major Alípio que estiveram no local há quatro anos, prometeram 500 ha. de terra, maquinaria, casas e bombas para irrigação e ainda por cima, diziam que "a FUNAI não promete, cumpre". Os Truká ao contarem essa estória, riem inteligentemente ao pronunciarem o chavão.

MUDERNO MATA ANUNS

Casos de violências também estão registrados por escrito ao longo dos anos. Raimundo Dantas, inspetor do SPI, em 1953 envia ao secretário de Segurança Pública de Pernambuco, um ofício denunciando o espancamento do índio Manoel, feito por Antônio Brandão e João Ângelo, junto com a polícia de Cabrobó. Denú-

cia inútil, pois passados mais de 20 anos, a violência policial contra os Truká aumentou sua repugnância. Em fevereiro deste ano (!), o delegado de Cabrobó e seus capangas, invadiram a roça comunitária que os índios tentam fazer em reduzido pedaço de terra. Destruíram a plantação que custou 209 dias de trabalho, diante dos olhares incrédulos, do choro, lamentações e ódio daquele povo. Maria Júlia levou golpes de revólver e ponta-pés, as ferramentas foram destruídas, os tratores da SEMEMPE esmagaram a colheita e o sacrifício Truká. (Porantim nº23)

Adauto Muderno, delegado de Cabrobó, afirmou que tudo fora feito a mando de Expedido Andrade, diretor da SEMEMPE. Na tentativa de comunicar as constantes invasões à FUNAI, em Recife, os indígenas além de dormirem ao relento, foram ameaçados caso continuassem a reivindicação das terras. Nesse caso, mesmo sem assinatura de papéis, o dito foi feito. Em setembro último, policiais armados destruíram novamente a roça replantada com feijão milho.

Muderno alegou à imprensa da região, que "apenas um tiro foi disparado, mesmo assim contra um anum (pássaro) que um policial desejava matar sobre as árvores". Parece que o Muderno fez escola com a brigada malufista, que mês passado, após haver prendido alguns jornalistas alegou que eles "entraram no camburão da Polícia Militar porque quiseram".

QUEM É ÍNDIO?

Dos anos 70 os Truká guardam comunicados, como o do dia 20/11/76, onde o órgão responsável, já FUNAI, através do presidente Gal. Ismarth Oliveira,

informa: "Determinei elementos da FUNAI à área para verificar de perto o problema e trazer proposta de solução de modo a poder, com a garantia da terra, dar tranquilidade a vocês".

Tanta burocracia sem efeito, tornou difícil aos Truká a crença na validade dos papéis. Desconfiança aumentada nessa era de 80, quando o atual presidente da FUNAI, cel. Nobre da Veiga, declarou, setembro último, com as mãos na cabeça, "estar atônito, sem saber o que fazer para a demarcação das terras indígenas, pois a FUNAI nem sabe quem é índio". Esses pronunciamentos aumentam o generalizado descrédito indígena. Quando documentados, servem pelo menos para encher arquivos, que dão impressão de trabalho, seriedade e até justiça nos setores da FUNAI. O infiel Tutor dos Índios está provando que "alguns" documentos não dizem nada, servem para ser guardados, quando "convenientes", por um grupo de funcionários, quase todos, compromissados com essa política do "faz-de-conta".

Prova disso está com os Truká, que nesse ano, mesmo com uma baixa no recebimento de promessas oficiais, acumulam uma série de documentos até então sem funcionalidade. Sem outra alternativa, apelam para a teimosia lutando para a reconquista do que lhes foi usurpado. "Já parece fadigável ao coração o silêncio das promessas", escreveram os Truká em sua última carta à FUNAI. A resposta, sem formalidades, está sendo dada pela SEMEMPE.

Vereñilde Pereira